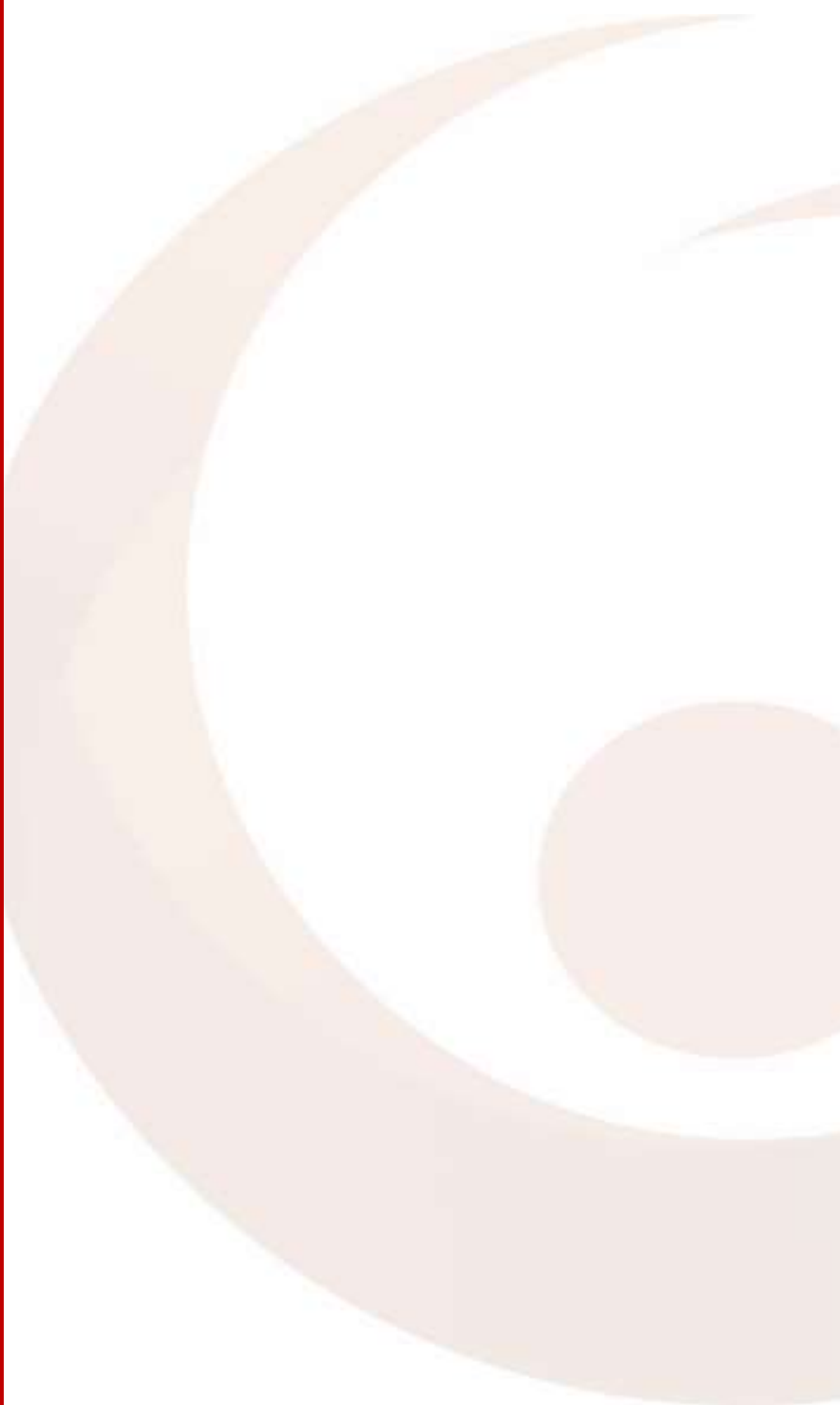


**Relatório de
Governança
Corporativa**

**1º Semestre
2022**



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório de Governança Corporativa**. 1ª Edição. João Pessoa, 2022.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Ouvidoria:

Eugênio Figueiredo de Albuquerque Júnior

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Nathália Palmeira Silva Coutinho

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Karla Janaina Vergara de Sá

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Thiago Henrique Sena de Souza

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

Gerente Administrativo do Fundo Previdenciário:

João Carlos de Oliveira Leão

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2021 – 2023)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente: Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Rodrigo Hallan de Freitas Teixeira

Suplente: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: Kelma Maria Pereira Dionísio

Suplente: José Augusto de Araújo Souza

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Aldrovando Grisi Júnior

Suplente: Édipo Duarte Freire Júnior

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Benilton Lúcio Lucena da Silva

Suplente: Valdegil Daniel de Assis

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: José Jansen

Suplente: Francisco Viana Garcia

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Luiz Carlos Fernandes de Souza

Suplente: Ednaldo José da Silva

Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:

Titular: Marcone Bandeira Alves

Suplente: Rafael Barbosa Damasceno

CONSELHO FISCAL

Biênio (2021-2023)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Irlen Braga dos Santos

Suplente: Eugênio Figueiredo de Albuquerque Júnior

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Vladia Figueiredo Borborema de Sousa

Suplente: Luiz Henrique de Albuquerque Cavalcanti

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Erico Heyller Medeiros de Alencar

Suplente: Joseane Farias de Souza

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Thyago Luis Barreto Mendes Braga

Suplente: Alex Duarte Maia

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Fábio Gomes da Silva

Suplente: Francisco Varela B. Júnior

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Controle Interno

Jackson Santos Pereira

Analista Previdenciário/Jurídico

Lituania Francinete Pessoa de Farias

Analista Previdenciária/Contadora

Werton José Cabral Rodrigues Filho

Analista Previdenciário/Atuário

Luiz Henrique de Albuquerque Cavalcanti

Agente Previdenciário

Joseane Farias de Souza

Chefe do Setor de Arquivo e Digitalização

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio

João Carlos de Oliveira Leão

Gerente Administrativo do Fundo Previdenciário

Camila Pires de Sá Mariz Maia

Chefe da Gestão de Pessoal

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria Jurídica

Eugênio Figueiredo de Albuquerque Júnior

Chefe da Ouvidoria

Revisão

Antônio Henrique Gomes dos Santos

Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais (DPO)

1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados do RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPMJP, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação de massas criou dois fundos: o Financeiro (FUNFIN), que tem como escopo custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros do município até 31 de dezembro de 2009 e os seus dependentes; e o Previdenciário (FUNPREV), que objetiva custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros municipais a partir de janeiro de 2010, assim como seus dependentes. Ressalta-se que todo o montante revertido para o FUNPREV é capitalizado, constituindo uma reserva financeira para o pagamento de futuros benefícios previdenciários.

Quanto às alíquotas das contribuições previdenciárias, foram publicadas em âmbito municipal a Lei Ordinária nº 13.980, de 03 de julho de 2020 e a Medida Provisória nº 03, de 29 de janeiro de 2021, que estabeleceram modificações na contribuição patronal do município e na contribuição social do servidor público municipal. Atualmente, portanto, tem-se uma alíquota patronal de 28% para o grupo pertencente ao FUNFIN e 16,5% para o grupo pertencente ao FUNPREV. Por sua vez, a contribuição social do servidor público municipal ativo e inativo e os respectivos pensionistas, tanto do FUNFIN quanto do FUNPREV é de 14%.

Quanto ao plano de benefícios previdenciários, estão vigentes as normas previstas na Lei Municipal nº 10.684/2005 e suas alterações. Em atenção à Emenda Constitucional nº 103/2019, o IPMJP em conjunto com Executivo Municipal e o Legislativo, deliberaram acerca da Reforma da Previdência Municipal que resultou na Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021, cuja vigência teve início em 02 de julho de 2021.

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado

em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão. No mesmo ano de sua adesão, o Instituto alcançou o nível II do programa, se tornando, na época, a segunda capital do nordeste a receber a certificação.

Dentre as ações de diálogos com os segurados, destaca-se a realização de uma Audiência Pública, no dia 02 de dezembro de 2021, firmando o compromisso da gestão em realizar uma audiência pública anual. Na ocasião, foram discutidos temas como: Pró-gestão RPPS, Gestão de Investimentos, Atividades Institucionais, Gestão orçamentária, financeira e contábil, Evolução da situação atuarial, Atividades de inovação tecnológicas e as novas regras de pensão e aposentadorias trazidas pela Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021.

Em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, foi emitido para esta autarquia em 12 de fevereiro de 2022 com validade até 11 de agosto do corrente ano, atestando, assim, o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por fim, em virtude dos fatos mencionados, compreendendo a complexidade das informações relacionadas aos RPPS e da importância da transparência pública e da prestação de contas, esse relatório apresenta as informações detalhadas sobre os dados dos segurados e seus dependentes, resguardando os direitos dos titulares e o exposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como das receitas e despesas, a evolução da situação atuarial, a gestão dos investimentos, atividades institucionais e dos órgãos colegiados, todas relativas ao primeiro semestre de 2022.

2 RECEITAS E DESPESAS

2.1 Gestão orçamentária, financeira e contábil

A gestão orçamentária, financeira e contábil do IPMJP é realizada de forma autônoma e tem por finalidade assegurar a correta aplicação dos recursos deste Instituto, respeitando-se as determinações das leis orçamentárias, os princípios da administração pública e os limites administrativos impostos aos regimes próprios de previdência, bem como subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e o controle social.

Neste capítulo, serão apresentadas as receitas e despesas realizadas no primeiro semestre de 2022, segregando-as entre os dois fundos previdenciários existentes: Fundo Financeiro (FUNFIN) e Fundo Capitalizado (FUNPREV).

2.1.1 Apresentação das receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) previu receitas próprias no montante de R\$ 174.400.000,00 e fixou as despesas em R\$ 374.400.000,00.

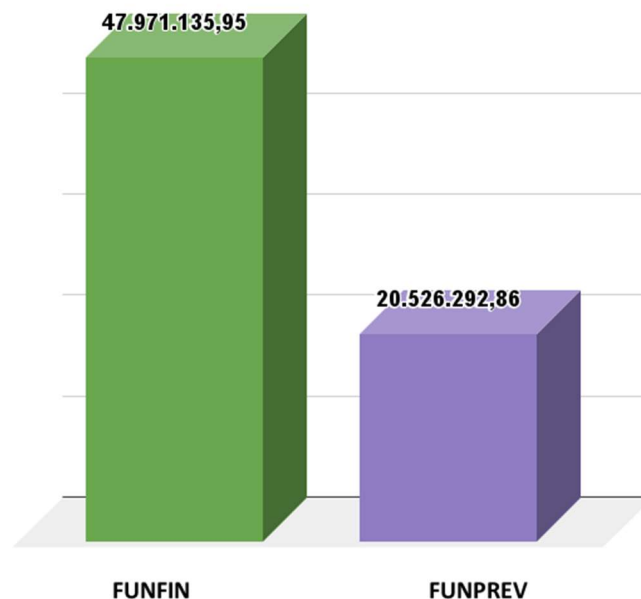
2.1.1.1 Receitas

A receita auferida até 30 de junho de 2022 alcançou o montante de R\$ 68.497.157,56, representando 39% da receita estimada para todo o exercício. Desse valor R\$ 47.970.864,70 são recursos do FUNFIN e R\$ 20.526.292,86 são recursos do FUNPREV.

Os recursos do FUNFIN advêm, principalmente, das contribuições previdenciárias dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas vinculados ao respectivo fundo previdenciário, bem como da contribuição patronal devida pelos órgãos que possuem servidores municipais estatutários no seu quadro funcional.

Além desses recursos existem também a compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social, gerido pelo IPMJP, e o Regime Geral de Previdência Social, os rendimentos das aplicações financeiras e as restituições, sendo este último apresentado no gráfico como “Outras Receitas”.

Gráfico 1 - Receitas - 1º semestre



Fonte: SIGEF (2022)

Quanto ao FUNPREV, atualmente, temos quatro fontes de receitas, que são as contribuições previdenciárias patronais, as contribuições dos servidores ativos vinculados ao fundo, a remuneração dos recursos aplicados em títulos financeiros e a taxa paga pelos bancos que disponibilizam empréstimos consignados aos beneficiários do instituto, sendo essa taxa contabilizada como “Outras Receitas”.

2.1.1.2 Aportes Financeiros

A Prefeitura Municipal de João Pessoa realiza todos os meses aportes financeiros para subsidiar as despesas do FUNFIN, uma vez que este fundo previdenciário é de natureza deficitária. Os valores transferidos ao longo do ano foram destinados da seguinte maneira: (1) aporte para despesas de custeio; (2) benefício assistencial permanente; (3) folha de pagamento dos benefícios previdenciários do tesouro municipal; (4) salário-família; (5) complemento de folha dos benefícios previdenciários do FUNFIN.

Tabela 1 – Aportes Financeiros

TIPO	1º SEMESTRE
1. Aporte para Despesas de Custeio	975.000,00
2. Benefício Assistencial Permanente	23.520,26
3. Beneficiários do Tesouro Municipal	2.822.869,93
4. Salário-Família	2.339,08
5. Complemento de Folha	115.922.677,79
TOTAL	119.746.407,06

Fonte: SIGEF (2022)

2.1.1.3 Despesas

Como foi mencionado no início deste capítulo, o Instituto de Previdência foi autorizado inicialmente a realizar despesas no montante de R\$ 374.400.000,00, conforme LOA de 2022. Do valor total autorizado, foram empenhados no primeiro semestre R\$ 164.697.130,05.

Dentre as despesas do FUNFIN estão as despesas previdenciárias, as quais contemplam os benefícios dos aposentados e pensionistas; e as despesas de custeio, que consideram as obrigações tributárias e contributivas, os gastos com água, energia elétrica e telefone, outros serviços de terceiros e a folha de pagamento dos servidores efetivos, comissionados e contratados por excepcional interesse público, bem como as obrigações patronais e indenizações relativas a esses servidores.

Tabela 2 - Despesas - 1º semestre

FUNDO	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
FUNFIN	162.086.772,36	162.021.563,01	162.021.563,01
FUNPREV	2.610.357,69	2.353.787,35	2.347.797,82
TOTAL	164.697.130,05	164.375.350,36	164.369.360,83

Fonte: SIGEF (2022)

Com relação às despesas do FUNPREV, temos também as despesas previdenciárias, que são relativas ao pagamentos de aposentados e pensionistas vinculados ao fundo, e as despesas de custeio que compreendem os gastos com aluguel de imóvel e de veículos, serviços de consultoria, sistema de segurança elétrica, obrigações tributárias e contributivas, materiais de consumo, jetons e a folha de pagamento dos servidores concursados, assim como as obrigações patronais e indenizações relativas a esses servidores.

2.1.1.4 Despesas Administrativas

A legislação do município de João Pessoa, em conformidade com a portaria nº 19.451/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, definiu a taxa de administração para o IPMJP como sendo 2,4% sobre a base de cálculo das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, relativas ao exercício anterior.

Para o cálculo das despesas administrativas são considerados os gastos realizados com o custeio do IPM menos o valor do salário família e do PASEP – Programa de formação do patrimônio do servidor público – que incide sobre as receitas de aplicações financeiras (1% sobre estas receitas, conforme portaria 402/2008 da Secretaria da Previdência, artigo 15, inciso II).

Tabela 3 – Limite taxa de administração

	Taxa Administrativa	Despesa Adm. Acumulada	Percentual
<i>FUNFIN</i>	4.668.984,54	1.578.449,59	34%
<i>FUNPREV</i>	4.029.492,26	1.656.300,83	41%

Fonte: SIGEF (2022)

Para custear as despesas administrativas no exercício de 2022, ficou estipulado uma taxa anual no valor de R\$ 4.668.984,54 para o FUNFIN e de R\$ 4.029.492,26 para o FUNPREV.

No primeiro semestre do referido exercício, foram utilizados R\$ 1.578.449,59 da taxa reservada para despesas administrativas do FUNFIN e R\$ 1.656.300,83 da taxa do FUNPREV, representando uma utilização de 34% e 41% respectivamente.

2.2 Execução Orçamentária

A execução orçamentária consiste na programação e realização de despesas, considerando a disponibilidade financeira da entidade e o cumprimento das exigências legais. Sendo assim, é de fundamental importância que seja realizado o seu acompanhamento, a fim de verificar se o equilíbrio das contas está sendo atingido.

A Tabela 3 apresenta o resultado da execução orçamentária de forma consolidada, considerando o FUNFIN e FUNPREV.

Tabela 4 – Resultado da Execução Orçamentária Consolidado

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1º SEMESTRE
<i>Receita Arrecadada</i>	68.497.428,81
<i>(-) Despesa Empenhada</i>	164.697.130,05
<i>(=) Resultado da Execução Orçamentária (S/ Aportes)</i>	-96.199.701,24
<i>(+) Aportes recebidos do ente federativo</i>	119.746.407,06
<i>(=) Resultado da Execução Orçamentária (Ajustado)</i>	23.546.705,82

Fonte: SIGEF (2022)

A receita arrecadada no primeiro semestre do presente exercício foi de R\$ 68.497.428,81, enquanto as despesas somaram R\$ 164.697.130,05. Neste momento percebe-se que as despesas foram superiores às receitas, apresentando um resultado

negativo. Entretanto, tendo em vista a insuficiência financeira do FUNFIN, a Prefeitura Municipal de João Pessoa transferiu o valor de R\$ 119.746.407,06 a título de aporte financeiro para complementar o pagamento das despesas deste fundo previdenciário, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 23.546.705,82.

3 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Todo instituto de previdência, não importando seu tamanho ou ente vinculado, deve adotar boas práticas de gestão e controle, e, para isto, se faz necessário dados para o acompanhamento do desempenho e indicadores da gestão.

Nesse passo, o Ministério da Previdência Social (atualmente Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério da Fazenda - MF, por força da Lei no 13.341/2016) editou a Portaria MPS no 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

Nessa trilha, o Manual do Pró-Gestão assevera a importância de relatório que mostre a evolução da situação atuarial do RPPS, com informações relativas ao Custo Previdenciário Total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.

Diante disso, o presente relatório fornecerá as informações supracitadas usando como base as Avaliações Atuariais de 2020 (data referência 31/12/2019), 2021 (devido a reforma da previdência municipal, a Avaliação de 2021 foi refeita, passando a ter data base em 30/06/2021) e 2022 (data referência 31/12/2021). Destaca-se que o objetivo deste relatório é a análise e comparação das informações fornecidas, logo, no presente estudo não foi realizada nenhuma auditoria das bases de dados, cálculos atuariais ou informações financeiras fornecidas.

Vias de conclusão, vale ressaltar que a Lei Municipal nº 12.460/2013, alterou o plano de custeio do Instituto de Previdência para a segregação de massa. Desse modo, os segurados do RPPS foram divididos em dois fundos: Fundo Financeiro (FUNFIN) e Fundo Capitalizado (FUNPREV).

Por fim, com o intuito de fornecer uma visão sistêmica, todo o relatório da evolução da situação atuarial será dividido entre dados do FUNFIN e FUNPREV.

3.1. Dados dos segurados

Conforme Tabela 5, apresentada a seguir, com relação aos dados dos segurados, percebe-se a diminuição de 1,37% no número de ativos e o aumento de 0,44% no número de inativos. Desse modo, sendo algo esperado por se tratar de um fundo fechado, já que não é permitido a entrada de novos servidores ativos, ocorrendo apenas a transição entre status (ativo para inativo) ou a saída do segurado.

Tabela 5 - Dados dos Segurados (FUNFIN)

Descrição	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Nº de Ativos	5484	5118	5048
Nº de Aposentados	5857	5887	5912
Nº de Pensionistas	1290	1387	1394
Nº total de segurados	12631	12392	12354
Proporção nº Ativos / nº inativos	0,77	0,70	0,69

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022.

Ademais, por ter uma proporção menor que um servidor ativo para cada inativo, o fundo financeiro se torna deficitário, uma vez que as contribuições dos ativos e do ente são insuficientes para equilibrar a massa de inativos. Desse modo, este fundo precisa de aportes para o equilíbrio financeiro.

Tabela 6 – Dados dos segurados (FUNPREV)

Descrição	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Nº de Ativos	3927	3937	4399
Nº de Aposentados	14	20	31
Nº de Pensionistas	4	13	17
Nº total de segurados	3945	3970	4447
Proporção nº Ativos / nº inativos	218,17	119,30	91,64

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022

Em referência a tabela acima, observa-se que o FUNPREV teve um crescimento de 11,73% nos servidores ativos e de 45,5% dos inativos (correspondente o quantitativo de quinze novos beneficiários).

3.2. Evolução da situação atuarial

3.2.1. Custo Previdenciário Total

No tocante ao custo mensal nas duas últimas avaliações, percebe-se que o FUNFIN teve um aumento de 0,5% (R\$ 79.918,23) e de 2,7% (R\$ 89.967,85), com gastos de aposentadoria e pensão, respectivamente.

Tabela 7 - Custo mensal da folha (FUNFIN)

Descrição	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Ativos	R\$ 15.297.001,35	R\$ 17.859.456,55	R\$ 15.328.374,91
Aposentados	R\$ 15.587.009,14	R\$ 17.368.941,33	R\$ 17.448.859,56
Pensionistas	R\$ 2.798.020,31	R\$ 3.343.813,46	R\$ 3.433.781,31

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022.

Já no que versa o custo do FUNPREV, o crescimento foi de 45,8% (R\$ 24.348,79) e 27,2% (R\$ 6.838,23), com gastos de aposentadoria e pensão, respectivamente.

Tabela 8 - Custo mensal da folha (FUNPREV)

Descrição	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Ativos	R\$ 11.613.407,63	R\$ 12.656.161,83	R\$ 14.035.152,04
Aposentados	R\$ 34.126,88	R\$ 53.211,86	R\$ 77.560,65
Pensionistas	R\$ 10.234,93	R\$ 25.140,54	R\$ 31.978,77

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022

3.2.2. Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

Na tabela 9, nota-se uma diminuição de 7,91% nos custos totais por benefício, de 64,10% na avaliação de 2020 para 56,19% na de 2021. Ressalta-se que esta queda foi em decorrência das alterações da legislação de benefícios da reforma da previdência municipal. Além disso, observa-se que a alíquota ultrapassa a alíquota máxima justamente por se tratar de um plano com natureza deficitária. Desse modo, o restante dos custos serão pagos em forma de aportes anuais da prefeitura.

Tabela 9 - Custo por benefício (FUNFIN)

Descrição	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Aposentadoria (Idade, Temp. Contribuição e compulsória)	46,67%	42,61%	27,05%
Aposentadoria Invalidez	3,34%	3,60%	0,38%
Pensão por morte de ativo	3,80%	2,63%	0,60%
Pensão por morte de aposentado	8,27%	5,35%	4,59%
Pensão por morte Ap. Invalidez	0,01%	0,01%	0,06%
Taxa administrativa	2%	2%	2,4%
Custo Normal	64,10%	56,19%	35,56%

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022.

Já no Fundo Previdenciário, também em decorrência da reforma da previdência municipal, observa-se uma queda de 6,15% no custo normal das últimas avaliações.

Tabela 10 – Custo por benefício (FUNPREV)

Descrição	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Aposentadoria (Idade, Temp. Contribuição e compulsória)	19,04%	13,3%	16,04%
Aposentadoria Invalidez	1,32%	1,69%	0,88%
Pensão por morte de ativo	1,44%	1,21%	1,35%
Pensão por morte de aposentado	1,51%	0,97%	2,40%
Pensão por morte Ap. Invalidez	0%	0%	0,12%
Taxa administrativa	2%	2%	2,4%
Custo Normal	25,32%	19,17%	23,19%

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022

3.2.3. Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial

No que versa o equilíbrio financeiro e atuarial das duas últimas avaliações, nota-se que o déficit do FUNFIN teve um aumento de R\$ 686.180.850,05, enquanto o FUNPREV uma queda no superavit na ordem de R\$ 14.960.553,60.

Tabela 11 - Resultado Atuarial (Déficit / Superávit)

Avaliação	FUNFIN	FUNPREV
2020	(R\$ 7.946.596.472,02)	(R\$ 115.432.806,38)
2021	(R\$ 3.870.702.480,57)	R\$ 187.333.099,86
2022	(R\$ 4.556.883.330,62)	R\$ 172.372.546,26

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022.

Destarte, pode-se explicar essa queda no Resultado Atuarial da última avaliação em decorrência da diminuição de 0,48% da taxa de juros atuariais, que em 2021 era de IPCA + 5,44%, passando para IPCA + 4,96% no presente ano.

3.2.4. Evolução do plano de custeio

Com relação ao plano de custeio do FUNFIN, não houve alteração no último ano. Entretanto, este plano tem natureza deficitária e precisa receber um aporte do Ente, além das contribuições da tabela abaixo.

Tabela 12 – Plano de custeio (FUNFIN)

Alíquota	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Patronal	26%	26%	25,6%
Servidor	14%	14%	14%
Taxa administrativa	2%	2%	2,4%
Total Custo Normal	42%	42%	42%

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022

Tabela 13 - Plano de custeio (FUNPREV)

Alíquota	Avaliação 2020	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Patronal	14,5%	14,5%	14,1%
Servidor	14%	14%	14%
Taxa administrativa	2%	2%	2,4%
Total Custo Normal	30,5%	30,5%	30,5%

Fonte: Avaliações atuariais 2020, 2021 e 2022

Finalmente, no tocante ao FUNPREV, como está superavitário, não foi preciso alterar as alíquotas na Avaliação de 2021.

4 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012 com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

O setor conta com uma equipe robusta e especializada formada por:

- (a) Gerente de investimentos, bacharel em Direito, com CPA-10;
- (b) Assistente de Suporte de Administração e Finanças, bacharel em Economia, com CPA-10.
- (c) Analista Previdenciário – Economista, com CPA-10.

Além de servidores qualificados e especializados atuando no setor, o IPMJP conta com o apoio da Assessoria e Consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças.

4.1 Descrição dos ativos e investimentos

Com relação a distribuição dos investimentos, houve movimentação para um aumento da alocação em renda fixa de 9,01%, em razão do momento econômico propício para esse investimento (devido à alta da taxa Selic). Logo, essa movimentação pode ser observada no gráfico e nas tabelas seguintes.

Gráfico 2 - Distribuição da carteira em janeiro e junho de 2022

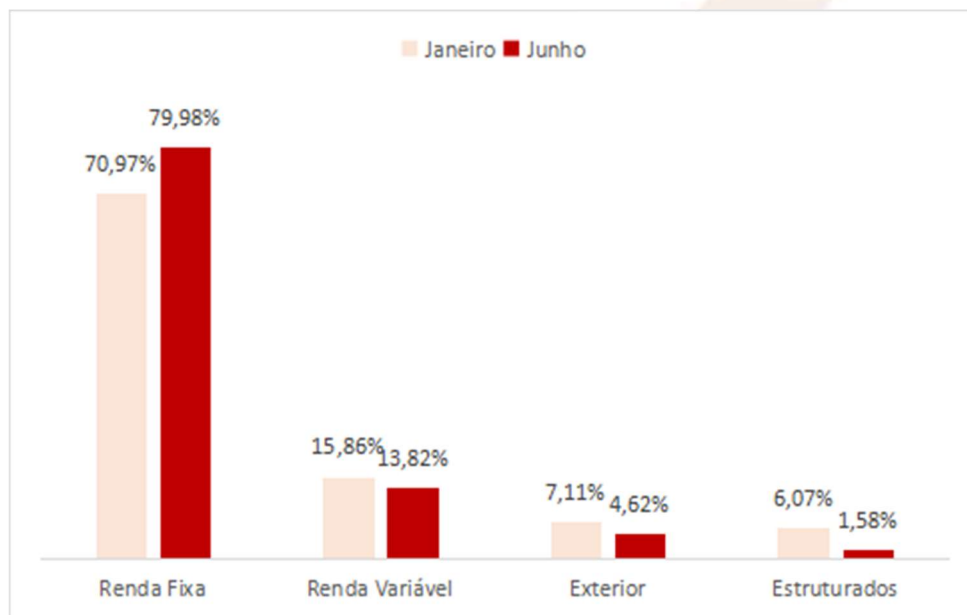


Tabela 14 - Enquadramento dos investimentos em janeiro de 2022

Enquadramento	Percentual	Valor
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	46,44%	R\$177.823.085,83
Artigo 8º, Inciso I,	15,86%	R\$60.730.372,26
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	13,55%	R\$51.897.952,49
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a "	8,87%	R\$33.972.114,20
Artigo 9º - A, Inciso II	6,29%	R\$24.087.203,72

Artigo 10º, Inciso I	5,67%	R\$21.694.658,60
Artigo 7º, Inciso V, Alínea " b "	2,10%	R\$8.041.036,67
Artigo 9º - A, Inciso III	0,82%	R\$3.129.691,93
Artigo 10º, Inciso II	0,40%	R\$1.535.318,33
Total	100%	R\$ 382.911.434,03

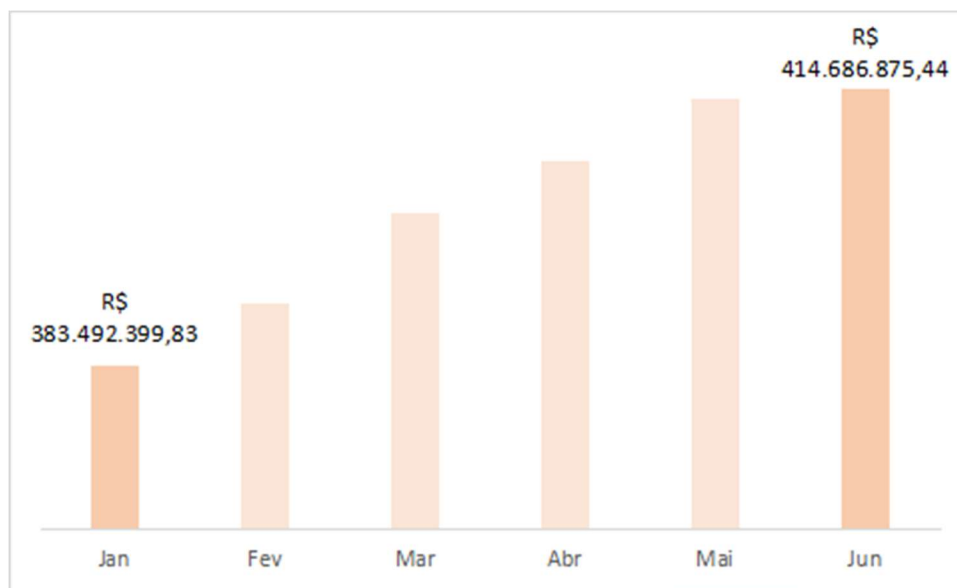
Tabela 15 - Enquadramento dos investimentos em junho de 2022

Enquadramento	Percentual	Valor
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	40,43%	R\$ 167.416.613,88
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a "	19,79%	R\$ 81.960.390,55
Artigo 8º, Inciso I	13,82%	R\$ 57.229.854,20
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	08,96%	R\$ 37.097.472,65
Artigo 7º, Inciso IV	8,73%	R\$ 36.134.168,07
Artigo 9º, Inciso II	4,00%	R\$ 16.558.724,87
Artigo 7º, Inciso V, Alínea " b "	2,07%	R\$ 8.560.190,97
Artigo 10º, Inciso I	1,21%	R\$ 5.018.924,94
Artigo 9º, Inciso III	0,62%	R\$ 2.569.999,38
Artigo 10º, Inciso II	0,37%	R\$ 1.535.109,99
Total	100,00%	R\$ 414.081.449,50

4.2 Fluxo de caixa dos investimentos

No que versa o fluxo dos investimentos no primeiro semestre, pode-se observar no gráfico abaixo um crescimento de 8,13% da carteira, correspondendo a um aumento de R\$ 31.194.475,61 entre janeiro e junho.

Gráfico 3 - Evolução da carteira (investimentos + disponibilidades)
no primeiro semestre de 2022

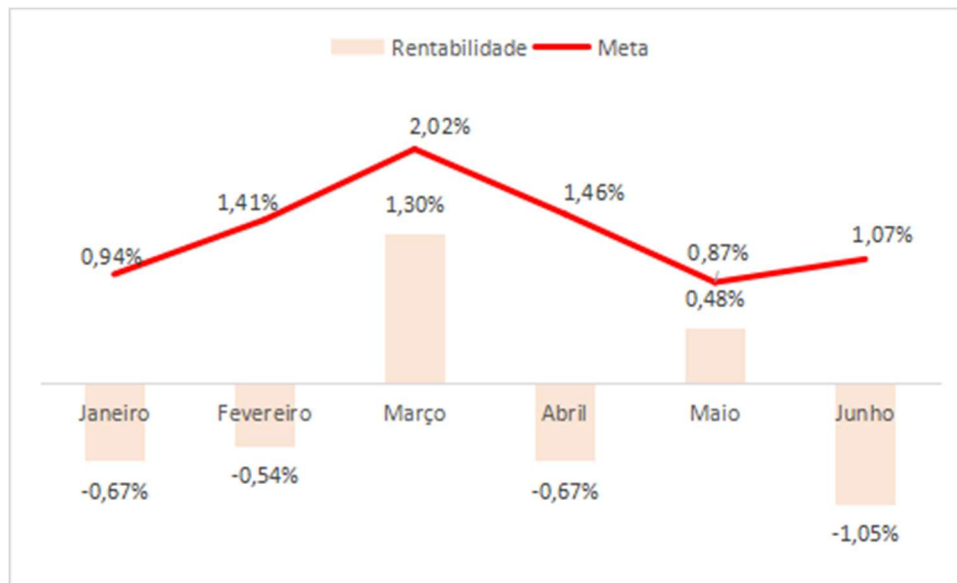


Diante da volatilidade do mercado econômico mundial (ainda em decorrência da pandemia e agravada com a Guerra na Ucrânia, tensões com a China e inflação no mercado mundial), observa-se na tabela e gráfico abaixo que os meses de janeiro, fevereiro, abril e junho tiveram rentabilidade negativa em decorrência dos investimentos em renda variável. Desse modo, neste semestre houve a movimentação da carteira para aumentar a alocação em renda fixa e evitar essa volatilidade.

Tabela 16 - Fluxo de caixa dos investimentos no primeiro semestre de 2022

Mês	Saldo Anterior	Resgate	Aplicação	Rentabilidade	Saldo no mês
Janeiro	R\$ 386.625.644,86	R\$ 11.339.851,45	R\$ 11.306.347,74	(R\$ 3.680.707,12)	R\$ 382.911.434,03
Fevereiro	R\$ 382.911.434,03	R\$ 47.986.246,26	R\$ 54.787.915,99	(R\$ 2.136.192,99)	R\$ 388.415.555,38
Março	R\$ 388.415.555,38	R\$ 164.553.551,98	R\$ 170.918.607,83	R\$ 5.329.743,10	R\$ 400.110.354,33
Abril	R\$ 400.110.354,33	R\$ 41.455.853,49	R\$ 51.067.924,97	(R\$ 3.688.473,49)	R\$ 406.033.952,32
Mai	R\$ 406.033.952,32	R\$ 57.812.030,59	R\$ 62.852.140,55	R\$ 1.109.783,85	R\$ 413.033.124,76
Junho	R\$ 413.033.124,76	R\$ 46.014.155,21	R\$ 51.423.209,27	(R\$ 4.360.729,31)	R\$ 414.081.449,50

Gráfico 4 - Comparativo mensal da rentabilidade com a meta atuarial, primeiro semestre de 2022



5 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Com o objetivo de proporcionar maior transparência em relação à gestão administrativa e financeira do IPMJP é disponibilizado em seu sítio eletrônico todo o calendário e as atas com as respectivas decisões referente às reuniões dos Conselhos, Fiscal e Previdenciário, e do Comitê de Investimento.

Destacam-se a seguir, as principais ações discutidas, aprovadas e/ou apreciadas pelos Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal, Conselho Previdenciário e Diretoria Executiva:

● COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Com o cenário desafiador vivenciado no primeiro semestre de 2022, o COMITÊ DE INVESTIMENTOS do IPMJP, tomou uma postura muito mais conservadora a praticada em outros exercícios, incrementando a exposição em Títulos Públicos do tipo NTN -B, com pagamento de cupons semestrais.

Ainda pontua-se que o Comitê no mês de abril viu a possibilidade de captura de retorno na renda variável com as oscilações de mercado, fazendo um incremento de exposição em dois fundos que já se encontravam na carteira, OCCAM FIC FIA e CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC FIA.

Continuando com o incremento à gestão de risco, o COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPMJP, realizou investimentos em LETRAS FINANCEIRAS de instituições financeiras

que ostentam os selos S1, certificação máxima emitida pelo Banco Central, e rating AAA, classificação máxima emitida por agência de risco, conferindo a maior segurança do mercado para tais ativos, assim como os títulos públicos federais as letras financeiras são marcadas na curva e combatem a volatilidade do mercado.

No primeiro semestre de 2022, denota-se a preocupação do COI com a manutenção da saúde atuarial e proteção dos ativos financeiros, fugindo de volatilidade e procurando ativos de maior segurança ofertados pela indústria.

● **CONSELHO FISCAL**

Na 1º Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 09 de março deste ano, foram discutidos a Eleição do Presidente do Conselho; a Aprovação do Cálculo Atuarial; a Análise da Política de Investimentos; a Prestação de Contas Anual e a Alteração do Código de Ética.

Já na 2º Reunião do Conselho Fiscal, em 30 de maio, foi apresentado o Relatório da Diretoria Executiva com as ações relativas a 2021; discutida a Proposta de Regulamentação do Novo Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva; discutida, também, acerca da fixação do valor de alçada para cobrança dos débitos previdenciários; apreciadas as alterações da Política de Segurança da Informação, que passou a se chamar “Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção da Dados Pessoais”.

● **CONSELHO PREVIDENCIÁRIO**

Na reunião do Conselho Previdenciário, realizada em 16 de março do corrente ano, podemos destacar: a Aprovação do Cálculo Atuarial, a Análise da Política de Investimentos, a Prestação de Contas Anual e a alteração do Código de Ética.

Por conseguinte, na segunda reunião, em 31 de maio, houve a apresentação Relatório da Diretoria Executiva com as ações relativas a 2021; discutida a Proposta de Regulamentação do Novo Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva; discutida, também, acerca da fixação do valor de alçada para cobrança dos débitos previdenciários;

apreciadas as alterações da Política de Segurança da Informação, que passou a se chamar “Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção da Dados Pessoais”.

● DIRETORIA EXECUTIVA

Na primeira reunião, foi apresentado o balanço da situação das principais áreas de atuação do Instituto de Previdência do Município e discutido o planejamento para os próximos meses.

Na segunda reunião, diante da exoneração a pedido da servidora Vanessa Pita, então membro da Diretoria Executiva, a Superintendente convidou a servidora Joseane Farias para ocupar a posição. Na ocasião, a pauta girou em torno do Planejamento Estratégico do IPMJP, destacando-se a realização da análise do ambiente interno e externo do Instituto a partir da ferramenta de gestão “MATRIZ SWOT”, que resultou na necessidade de revisão dos seus objetivos estratégicos, que passaram a ser:

Missão: Elaborar, promover e executar a gestão previdenciária do município de João Pessoa, através do trabalho e prestação de serviços, sempre voltada para a qualidade e transparência.

Visão: Tornar-se referência no Nordeste em excelência na gestão previdenciária desde o atendimento, concessão e manutenção dos benefícios, assegurando um regime financeiramente equilibrado e humanizado.

Valores: Valorização dos segurados, Ética, Transparência, Eficiência.

Por fim, o Planejamento Estratégico foi revisado e editado com ações para os próximos meses e para os próximos anos, sendo enfatizada a importância de revisão anual desse plano.

6 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

6.1 Gestão de pessoal

Dentre as atividades realizadas pela Seção de Gestão de Pessoal, podemos destacar:

- A verificação mensal do potencial acúmulo de vínculos funcionais no Portal do TCE-PB quanto aos servidores do quadro de pessoal do IPMJP,

- A realização da 3º Avaliação de Desempenho dos servidores concursados, que culminou na aprovação e estabilidade no serviço público municipal dos servidores empossados em 2019 concurso público do IPMJP.
- Foi ainda atualizado o Clube de Vantagens do Aposentado com o credenciamento de mais empresas.

Os servidores do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa - IPMJP receberam, através do 1Doc, aula online de ginástica laboral enviada pelo Setor de Gestão de Pessoal.

Outras ações também foram enviadas pelo 1Doc, como “Política da Mesa Limpa” (Memorando 96.013/2022), para fomentar a preservação do ambiente de trabalho organizado com maior eficiência e enfatizando a importância de não deixar os documentos expostos em cima da mesa, evitando perda de documentos importantes e imprevistos.

Este 1º semestre de 2022 foi marcado pela **Educação Previdenciária** promovido pelo IPMJP. Através do 1Doc, Ofício Circular nº 58.883/2022, a nova Cartilha de Benefícios foi apresentada para conhecimento dos órgãos da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Para qualificação do corpo de servidores do IPMJP, bem como, na melhor prestação dos serviços aos usuários deste Instituto, foi apresentado pelo Setor de Gestão de Pessoal o Plano de Capacitação dos servidores 2022 de forma setorizada e ainda a Cartilha educativa do Código de Ética.

Os colaboradores realizaram um Workshop Previdenciário, com palestras sobre legislação previdenciária, regras de Aposentadoria e Pensão por morte, Controle interno e gestão de risco, Conhecimento de atuária, Gestão de Ativos e Sistema monetário nacional.

Também foi ofertado para os servidores pelo Instituto treinamento sobre Segurança da Informação no meio digital e aspectos introdutórios sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no período de janeiro a junho de 2021.

Essas atividades visaram qualificar, além do corpo diretor do Instituto, os servidores da Assessoria de Controle Interno, os gestores do Setor de Investimentos e de Tecnologia da Informação, bem como os Agentes e os Analistas Previdenciários.

Dentre o universo de cursos, palestras e seminários realizados, podemos destacar:

Servidor	Cursos	Período
Caroline Ferreira Agra Superintendente	- Implantação do Esocial - III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Rodrigo Ismael da Costa Macedo	III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Carlos Eduardo dos Santos Farias	III Seminário Estadual da Asprev - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
João Carlos de Oliveira Leão Setor de Investimento	Plataforma EAD 1 DOC(janeiro 2022) FIP FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (JANEIRO 2022) -ETF NO MERCADO BRASILEIRO (JANEIRO 2022) - Workshop Governança e Prevenção à Corrupção de João Pessoa - Oficina de Processos Orçamentários - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Joseane Farias Arquivo	- Certificado de Gestor de RPPS (2022) - Controles na Administração Pública (2022) - Workshop Governança e Prevenção à Corrupção de João Pessoa - III Seminário Estadual da Asprev - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Mychelle Desiree Previdência	- 1DOC	1º Semestre 2022
Milena Medeiros e Alencar Feitosa Previdência	- 1DOC - III Seminário Estadual da Asprev - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Daniela Araújo Agostinho Fortes Folha de Pagamento	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Weverton John TI	- Plataforma EAD 1 DOC - LGPD - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Karla Janina Vergara Folha de Benefícios	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022

Luziane Alves Heckendorff Folha de Benefícios	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Eneas Lyra de Albuquerque	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Tassia Tamires de S. Oliveira	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Joseane Farias de Souza	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Lucas Anderson Azevedo Ferreira	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Ronierio Santana de Oliveira	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Iane Caroline M. Falcão	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Pablo Anderson de Luna	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Wellington dos Santos Rodrigues	- Plataforma EAD 1 DOC - Ambientes Digitais de Aprendizagem - Segurança da Informação no contexto da transformação digital	1º Semestre 2022
Suzana Sitônio de Eça	- Plataforma EAD 1 DOC - III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Lidiane Costa da Silva	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Junior Nunes Porpino	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Renato Gomes de Lacerda Alves	- Plataforma EAD 1 DOC - III Seminário Estadual da Asprev - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Ayrton Ciraulo Neto	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
André Victor Cabral Brasil	- Plataforma EAD 1 DOC - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Moises Pessoa de Araujo Filho	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Rosiene dos Santos Dias Paulino	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022

Alex Cavalcante dos Santos	- Plataforma EAD 1 DOC - Introdução às Práticas Arquivísticas	1º Semestre 2022
Aurea Julieta de Araújo Lima	- Plataforma EAD 1 DOC	1º Semestre 2022
Nicholas Frederico Freire Dias de Araújo	- Plataforma EAD 1 DOC - Segurança da Informação no contexto da transformação digital	1º Semestre 2022
Arturo de assunção	- Ética e Serviço Público - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Ana Caroline de Souza Gomes	- Práticas Arquivísticas - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Antonio Henrique Gomes dos Santos	-Semana Municipal da Transparência Pública e Combate a Corrupção em João Pessoa - Workshop Governança e Prevenção à Corrupção de João Pessoa - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Lucivaldo de Farias Gomes	- Práticas Arquivísticas - Introdução às Práticas Arquivísticas - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Luiz Henrique de Albuquerque Cavalcanti	- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - Controle na Administração Pública - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Weverton John	- Fundamentos da LGPD - Segurança da Informação no contexto da transformação digital - Ambientes Digitais de Aprendizagem	1º Semestre 2022
Pablo Anderson	- Segurança da Informação no contexto da transformação digital - Ambientes Digitais de Aprendizagem	1º Semestre 2022
Ernesto Fialho Pessoa	- III Seminário Estadual da Asprev - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Fernanda Queiroga	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Higor Delgado	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Karina Leal	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022

Lituânia Francinete	- III Seminário Estadual da Asprev - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Soraia Dias Monteiro	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Thiago Santos Lima	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Thyago Alves	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Camila Pires de Sá Mariz Maia	- Workshop de Gestão Previdenciária - Ética e Serviço Público	1º Semestre 2022
Victor Assis de Oliveira Targino	- III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Yuri Veiga Cavalcanti	III Seminário Estadual da Asprev	1º Semestre 2022
Adenilton	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Aslan Ezequiel	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Amanda Sibebe	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Ana Paula Barreto	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Antonio Romualdo	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Eneas Albuquerque	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Fernanda Souza	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Francisco Emerson	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Hailton Lima	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Isabela Duarte	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Jessyca Patrícia	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Juliane Gasparin	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Karla Vergara	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Larissa Martins	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Leonardo Neiva	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Lidiane Silva	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Lucas Azevedo	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022

Luziane Alves	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Maria Dione	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Micael de Araújo	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Nathalia Coutinho	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Paulo Roberto	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Raquel Farias	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Raelma	- Introdução às Práticas Arquivísticas - Ética e Serviço Público - Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022
Werton	- Workshop de Gestão Previdenciária	1º Semestre 2022

6.2 Gerenciamento do custeio e contratos

Todos os contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos firmados por este Instituto de Previdência do Município de João Pessoa no período de janeiro a junho de 2022, estão detalhados neste subtópico.

Esses contratos foram realizados através de procedimentos licitatórios, bem como dispensas e inexigibilidades, através da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio. Além disso, contém as renovações realizadas no ano de 2020 de contratos de trato continuado que a seção também fiscaliza. Nas tabelas abaixo é possível observar os seguintes campos: o número do contrato, o número do processo administrativo de licitação, o seu objeto, a empresa fornecedora do serviço ou produto, a modalidade da licitação que gerou o contrato, o valor e sua vigência. Todas essas informações podem ser acessadas no portal do Tribunal de Contas da Paraíba através do Portal do Gestor Público, bem como no próprio site do IPMJP.

CONTRATOS - 1º Semestre de 2022

CONTRATO	6309/2022 – 001/2022	PROCESSO LICITAÇÃO	20565/2021
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SOAS, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIME GERAL E REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		
MODALIDADE	INEXIGIBILIDADE		
FORNECEDOR	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV S.A	42.422.253/0001-01	
VALOR	R\$ 168.000,00		
VIGÊNCIA	17/01/2022 – 17/01/2027		

CONTRATO	002/2022	PROCESSO LICITAÇÃO	<u>1570</u>
OBJETO	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO		
MODALIDADE	PREGÃO		
FORNECEDOR	AIR BRAS - SOLUÇÕES EM CLIMATIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA	29.939.240/0001-38	
VALOR	R\$ 23.220,00		
VIGÊNCIA	08/07/2022 – 08/07/2023		

CONTRATO	003/2022	PROCESSO LICITAÇÃO	<u>54488-2022</u>
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REPARAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PRÉDIO SEDE DO IPMJP		
MODALIDADE	DISPENSA		
FORNECEDOR	ANTONY HELDER MEDEIROS DE OLIVEIRA (ELETROSUL INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS)	21.064.595/0001-19	
VALOR	R\$ 25.154,00		
VIGÊNCIA	07/09/22		

CONTRATOS – CENTRAL DE COMPRAS			
CONTRATO E TERMO ADITIVO	C.06220/2022 T.A 01	PROCESSO LICITAÇÃO	*
OBJETO	SERVIÇO TERCEIRIZADO		
MODALIDADE	PREGÃO		
FORNECEDOR	EXEMPLAR SERVICE E LIMPEZA LTDA	13.531.490/0001-02	
VALOR	R\$ 300.700,80		
VIGÊNCIA	17/03/2022 – 17/03/2023		
* PROCESSO REALIZADO PELA PREFEITURA			

ADITIVOS		
TERMO ADITIVO	03 AO CONTRATO 04-199-2020	PROCESSO LICITAÇÃO *
OBJETO	RENOVAÇÃO – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	
FORNECEDOR	CS BRASIL FROTAS LTDA	27.595.780/0001-16
VALOR	R\$ 32.656,96	
VIGÊNCIA	08/05/2022 – 07/09/2022	
* PROCESSO REALIZADO PELA PREFEITURA		

TERMO ADITIVO	I TERMO	PROCESSO LICITAÇÃO 20490-2021
OBJETO	RENOVAÇÃO – CORREIOS	
FORNECEDOR	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	CNPJ: 34.028.316/0019-32
VALOR	ESTIMADO DE R\$ 12.000,00	
VIGÊNCIA	27/01/2022 – 17/01/2023	
* PARA CADA PEDIDO É ABERTO UM PROCESSO		

6.3 Controles Internos

A Assessoria de Controle Interno (ASS-CIN), atendendo ao escopo precípua de sua criação, qual seja, criar procedimentos de controle e governança na Administração Pública objetivando eliminar vícios e, por conseguinte, garantir maior eficiência na utilização dos recursos públicos, realizou durante os seis primeiros meses do ano de 2022 as atividades abaixo elencadas:

- No âmbito jurídico, a ASS-CIN auditou 132 (centro e trinta e dois) processos administrativos de concessão inicial de aposentadoria, 52 (cinquenta e dois) processos administrativos de concessão inicial de pensão por morte e 162 (cento e sessenta e dois) processos administrativos com objetos diversos, como isenção do

tributo imposto de renda, reversão de cota-parte de pensão por morte, ressarcimento do tributo contribuição previdenciária, entre outros, totalizando 346 (trezentos e quarenta e seis) processos auditados no primeiro semestre do corrente ano. Convém suscitar, que destes, 140 (cento e quarenta) processos administrativos de ressarcimento foram atribuídos a contribuição previdenciária indevida, incidentes sobre verbas de caráter *propter laborem*, realizada pelos servidores efetivos da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana - SEMOB.

- No tocante à análise contábil, a ASS-CIN realizou o acompanhamento mensal da execução orçamentária e financeira do IPMJP, bem como acompanhou a taxa administrativa e os repasses mensais das contribuições previdenciárias.
- Quanto ao exame atuarial, a ASS-CIN confeccionou mensalmente o cálculo da provisão matemática.
- Referente à Comissão de Conformidade e Transparência (CCT) do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP), cujas atribuições foram conferidas à Assessoria de Controle Interno, vem, com fulcro na Portaria Conjunta CGM/SEAD nº 001/2021, apresentar ações realizadas no 2º trimestre de 2022. No primeiro semestre de 2022 foram analisados um total de 21 processos sendo 3 processos de INEXIBILIDADE, 8 processos do tipo PREGÃO ELETRÔNICO para aquisição de bens e serviços, 3 processos LICITAÇÃO para aquisição de bens e serviços e 7 processos de PREGÃO ELETRÔNICO para compra de material de consumo. Salientamos que, para cada tipo de processo, é confeccionada e auditada uma lista de verificação específica, seguindo as orientações da Controladoria-Geral do Município de João Pessoa.

Com efeito, todas as ações anteriormente indicadas foram realizadas por corpo técnico especializado, abrangendo dois servidores efetivos ocupantes do cargo Analista Previdenciário – Jurídico, uma servidora efetiva ocupante do cargo Analista Previdenciário – Contador e um servidor efetivo ocupante do cargo Analista Previdenciário – Atuário. Ressalta-se que essas atividades foram supervisionadas pelo Chefe da Assessoria de Controle Interno.

6.4 Imagem institucional

Ao longo dos anos, este RPPS vem se destacando no que se refere à gestão previdenciária, sobretudo pela implementação do PRÓ-GESTÃO que confere a adoção de boas práticas de governança, transparência e padronização de suas atividades e processos. Relacionamos alguns desses destaques no quadro a seguir:



João Pessoa, por meio do Instituto de Previdência do Município, recebeu o troféu do Prêmio ASPREV/PB, que visou homenagear os gestores certificados no Pró-Gestão RPPS.

A premiação aconteceu no III Seminário Estadual de Previdência da ASPREV/PB e V Encontro Nordestino de Previdência da ANEPP, em João Pessoa/PB.



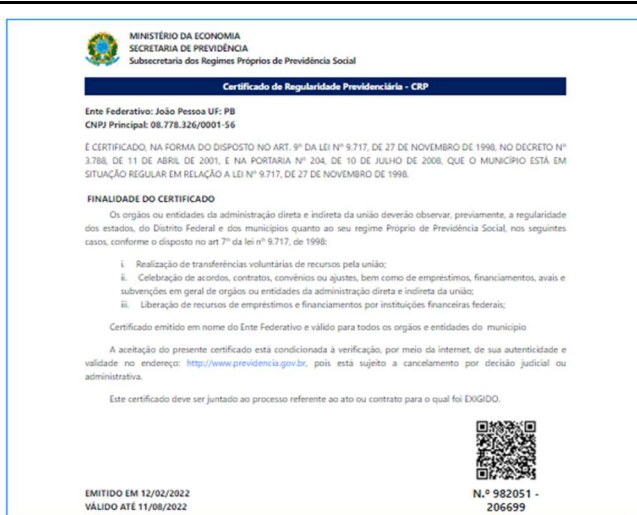
O RPPS João Pessoa alcançou o sétimo lugar em sua categoria no “Prêmio Destaque Brasil de Investimentos - Edição 2022”.



O IPMJP realiza atividades de compliance em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Além de designar o seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, executa ações de conscientização e treinamento quanto à LGPD e a Segurança da Informação, Documentação e Dados Pessoais com os seus servidores.



A Audiência Pública anual tornou-se um aliado da gestão na transparência e prestação de contas aos seus servidores, segurados e à sociedade. Com a retomada das atividades presenciais, o IPMJP reinseriu a realização da audiência pública em seu calendário anual de atividades.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: João Pessoa UF: PB
CNPJ Principal: 08.778.326/0001-56

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO


Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXGIDO.



EMITIDO EM 12/02/2022
VÁLIDO ATÉ 11/08/2022

N.º 982051 -
206699

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01 atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O IPMJP procede sua atuação em compliance com os critérios visando a emissão administrativa do CRP.



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

caroline ferreira agra

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação: Certificação dos dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS
Nível: Básico (CP RPPS DEREG I)
Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova
Data de Aprovação: 05/08/2022
Número da Certificação: 172818202082608
Data de Validade: 05/08/2026



A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: <https://verificad.certificadonline.institutototum.com.br/#home>

A Superintendente do IPMJP, Caroline Ferreira Agra, foi aprovada no exame de Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV. Esse certificado atesta a sua capacidade para atuar como Dirigente da Unidade Gestora de RPPS. Além dessa certificação, a Superintendente, os Chefes das Divisões, alguns membros dos Conselhos e do Comitê de Investimentos possuem certificações como CGRPPS e CPA-10. Os que ainda não possuem estão em fase de certificação.



O Chefe da Assessoria de Investimentos do IPMJP, João Carlos Leão, participou do maior festival de Investimentos do Mundo, o EXPERT XP 2022. Foram mais de 35 horas de conteúdo com algumas das mentes mais brilhantes do Brasil e do mundo. Tudo isso, em diferentes trilhas, que vão de investimentos, empreendedorismo, tecnologia, ESG até inovação. Além disso, realizou uma visita técnica ao escritório da GRID INVESTIMENTOS, situado na Av. Paulista, 1274 - 22º andar - Bela Vista, São Paulo - SP, na ocasião, o Chefe da Assessoria de Investimentos foi recebido pelo senhor Gustavo Trancoso, e teve oportunidade de conhecer toda a equipe de backoffice, bem como, o head do escritório e as pessoas responsáveis por realizar as operações de compra e venda de títulos públicos, letras financeiras e títulos bancários, ainda na oportunidade viu em tempo real uma operação de compra de NTN-B e investimento e desinvestimento em um fundo distribuído pelo escritório.

6.5 Cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos

A fim de contribuir com a consolidação dos dados corporativos do IPMJP encaminhamos relatório de demandas judiciais que possuem como parte o Instituto de Previdência do Município de João Pessoa – IPMJP em 2022, conforme tabela abaixo:

Total De Processos No PJe	273
Processos Como Autor	3
Processos Sem Sentença	136
Em Execução/Cumprimento De Sentença	19
Pendente Julgamento De Embargos	03
Declínio De Competência	01
Extinto Sem Resolução	15
Expedição De Precatório Ou RPV	2
Precatório E RPV Não Expedido	2
Processo Suspenso Por Incidente De Resolução De Demandas Repetitivas	1
Processo Suspenso Por Morte Ou Perda Da Capacidade	1
Apelação/Remetidos Ao Segundo Grau	48
Trânsito Em Julgado/Arquivados	42
PROCESSOS EM 2º GRAU	118

Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba

*RPV (Requisições de pequeno valor, valores até o teto do RGPS)

É de bom alvitre esclarecer que a pesquisa foi estabelecida por meio de consulta ao sítio eletrônico do TJPB. Ademais, verificou-se que a maioria das demandas ocorrem na comarca de João Pessoa/PB, na justiça comum (TJPB), não sendo encontradas demanda na justiça federal ou especializada do trabalho.

Portanto, o cumprimento das decisões judiciais está em conformidade em atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.

Segue no quadro abaixo todos os atos praticados por esta autarquia no período compreendido entre o mês de janeiro e maio do corrente ano.

PROVIDÊNCIAS JUDICIAIS REALIZADAS– JANEIRO A JUNHO DE 2022

JANEIRO/2022

PROCESSO Nº	AUTOR	PROVIDÊNCIA	PRAZO
0835915-65.2021.8.15.2001	T.M.A.P.	CONTESTAÇÃO	21/01
0849171-51.2016.8.15.2001	M.S.N.S.F.	APELAÇÃO	21/01
0028023-90.2011.8.15.2001	I.M.O.	MANIFESTAR INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO OU REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO	21/01
0843441-83.2021.8.15.2001	W.B.S.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	24/01
0809979-37.2018.8.15.2003	R.L.S.	CONTESTAÇÃO	28/01
0863621-91.2019.8.15.2001	W.L.G.R.	CONTESTAÇÃO	2801
0802242-47.2022.8.15.2001	M. M. C.	MANIFESTAÇÃO TUTELA EM 72HORAS	28/01
0833566-02.2015.8.15.2001	M.L.S. A.	JULGAMENTO DA LIDE NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA OU ESPECIFICAR AS PROVAS	31/01
0038323-19.2008.8.15.2001	M.I.M.S.	REQUISITA RPV - VALOR R\$ 5.500,00 - PAGAMENTO EM 02 MESES	31/01

FEVEREIRO/2022

PROCESSO Nº	AUTOR	PROVIDÊNCIA	PRAZO
0849212-47.2018.8.15.2001	SINDICATO DOS ENFERMEIROS NO ESTADO DA PARAIBA	CONTESTAÇÃO	02/02
0812992-84.2017.8.15.2001	E. F.S.	PROVAS	02/02
0815927-63.2018.8.15.2001	M.L.F.M.	IMPUGNAR EXECUÇÃO	02/02
0836665-67.2021.8.15.2001	A.D.S.J. E OUTROS	CONTRARRAZÃO APELAÇÃO	03/02
0856341-69.2019.8.15.2001	J.R.L.	APONTAR, DE MANEIRA OBJETIVA, AS QUESTÕES DE FATO E DE DIREITO QUE ENTENDAM PERTINENTES AO JULGAMENTO DA LIDE.	04/02
0803576-53.2021.8.15.2001	J.G.A.	CONTRARRAZÃO EMBARGOS	07/02
0827443-75.2021.8.15.2001	J.A.B.	PROVAS	10/02
0803576-53.2021.8.15.2001	J.G.A.	IMPROCEDENTE O PEDIDO	10/02
0856853-18.2020.8.15.2001	D.M.P.N.	PARA TOMAR CONHECIMENTO DO QUE RESTOU DECIDIDO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO	10/02
0828621-64.2018.8.15.2001	R.F.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO VIRTUAL	17/02
0804978-72.2021.8.15.2001	T.M.S.	PRESTAR INFORMAÇÕES EM 10 DIAS	17/02
0005334-47.2014.8.15.2001	M.F.S. E OUTROS	REQUERER O QUE FOR PERTINENTE, EM 10(DEZ) DIAS	17/02
0834949-05.2021.8.15.2001	M.M.S.S.	PROVAS	17/02
0826749-14.2018.8.15.2001	L.C.M.S.	EMBARGOS ACOLHIDOS - SENTENÇA ANULADA - PEDIDO PROCEDENTE - APELAÇÃO	18/02

0858363- 66.2020.8.15.2001	E.G.C.	PROVAS	18/02
0837540- 76.2017.8.15.2001	F.A.C.	MANIFESTAR SOBRE CÁLCULOS	18/02
0805993- 52.2016.8.15.2001	M.L.M.G.	MANIFESTAÇÃO SOBRE PETIÇÃO	18/02
0843358- 67.2021.8.15.2001	M.J.S.P.C.	CONTESTAÇÃO	18/02
0852168- 65.2020.8.15.2001	W.O.M.	CUMPRIR O QUE FOI DETERMINADO NO AGRAVO	18/02
0848909- 28.2021.8.15.2001	A.C.C.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	21/02
0803457- 58.2022.8.15.2001	J.H.C.L.	MANIFESTAR SOBRE O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA EM 72HORAS	21/02
0828348- 80.2021.8.15.2001	G.M.N.	CONTESTAÇÃO	24/02
0850077- 65.2021.8.15.2001	S.M.S.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	28/02

MARÇO/2022

PROCESSO Nº	AUTOR	PROVIDÊNCIA	PRAZO
0053487- 92.2006.8.15.2001	M.O.S.	CONTRARRAZÃO APELAÇÃO	02/03
0855351- 78.2019.8.15.2001	J.S.F.	APELAÇÃO	04/03
0858698- 85.2020.8.15.2001	A.S.N.	SENTENÇA - IMPROCEDENTE	04/03
0820492- 65.2021.8.15.2001	A.H.M.A.C.	APELAÇÃO	04/03
0833180- 93.2020.8.15.2001	I.A.A.P.A.	IMPROCEDENTE O PEDIDO	04/03
0015465- 91.2008.8.15.2001	SENGE SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO	CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E DEMAIS DETERMINAÇÕES	07/03

	DA PARAIBA		
0850661-35.2021.8.15.2001	M.A.C.	CONTESTAÇÃO	07/03
0842143-27.2019.8.15.2001	O.R.F.N.	PROCEDENTE PEDIDO - APELAÇÃO	10/03
0800917-37.2022.8.15.2001	M.F.A.N.	CONTESTAÇÃO	10/03
0851603-67.2021.8.15.2001	M.E.B.	72 HORAS, MANIFESTAR SOBRE O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.	10/03
0837540-76.2017.8.15.2001	F.A.C.	REMESSA DOS AUTOS À CONTADORIA	17/03
0809979-37.2018.8.15.2003	R.L.S.	PROVAS	17/03
0802242-47.2022.8.15.2001	M.M.C	CONTESTAÇÃO	28/03
0809945-29.2022.8.15.2001	M.R.O.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	28/03
0002616-92.2005.8.15.2001	A.V.S.	ARQUIVADOS OS AUTOS	SEM PRAZO
0818510-89.2016.8.15.2001	G.S.S.	CINCO DIAS, INDICAR OS ASSISTENTES TÉCNICOS E APRESENTAREM OS QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO PERITO	28/03
0840417-47.2021.8.15.2001	M.F.S.	PROVAS	31/03
0810337-66.2022.8.15.2001	J.L.J.A.S.	RECURSO DE AGRAVO E A PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES - 10 DIAS	31/03

ABRIL/2022

PROCESSO Nº	AUTOR	PROVIDÊNCIA	PRAZO
0810982-91.2022.8.15.2001	C.P.L.	MANIFESTAÇÃO TUTELA EM 72H	01/04
0827823-98.2021.8.15.2001	A.R.S.	PROVAS	04/04
0006094-93.2014.8.15.2001	M.N.O. E OUTROS	PROVAS	08/04
0861033-19.2016.8.15.2001	I.T.O.	SENTENÇA	18/04
0805878-21.2022.8.15.2001	W.M.S.	CONTESTAÇÃO	18/04
0826749-14.2018.8.15.2001	L.C.M.S.	CONTRARRAZÃO APELAÇÃO	18/04
0812459-62.2016.8.15.2001	M.F.B.	CONTESTAÇÃO	18/04
0877653-04.2019.8.15.2001	M.N.C.S.	SENTENÇA – APELAÇÃO	18/04 18/04
0828541-95.2021.8.15.2001	M.G.D. E OUTROS	CONTESTAÇÃO	19/04
0813381-35.2018.8.15.2001	M.A.L.	REMESSA AO JUÍZO A QUO - CUMPRIMENTO	20/04
0807954-18.2022.8.15.2001	J.M.R.	CONTESTAÇÃO	20/04
0813859-04.2022.8.15.2001	C.S.L.	MANIFESTAÇÃO LIMINAR EM 72H	22/04
0845231-05.2021.8.15.2001	A.L.F.M.	MANIFESTAR SOBRE O PEDIDO DE CONCESSAO TUTELA - 72H	25/04
0809027-25.2022.8.15.2001	L.S.S.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	26/04
0850111-40.2021.8.15.2001	M.L.E.L.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	28/04
0839943-52.2016.8.15.2001	R. F. F.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO CEJUS - 28/04/2022, ÀS 11H	28/04
0803839-85.2021.8.15.2001	L.R.R.	PROVAS	28/04
0824759-22.2017.8.15.2001	S.C.S.	IMPROCEDENTE O PEDIDO	28/04
0823716-74.2022.8.15.2001	L.M.S.S.	MANIFESTAÇÃO TUTELA - 72H	28/04
0801102-69.2022.8.15.2003	C.U.S.B.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	28/04

MAIO/2022

PROCESSO Nº	AUTOR	PROVIDÊNCIA	PRAZO
0025723-29.2009.8.15.2001	C.F.N. E OUTROS	CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA <u>03/05/2022 HORA: 08:30; 09:00 E 11:30</u>	03/05
0005315-41.2014.8.15.2001	C.A.S. E OUTRAS	CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA <u>03/05/2022 HORA: 08:30; 09:00 E 11:30</u>	03/05
0858665-95.2020.8.15.2001	H.E.L.	CONTESTAÇÃO	03/05
0814500-89.2022.8.15.2001	G.S.G.	MANIFESTAÇÃO TUTELA EM 72H	03/05
0828637-18.2018.8.15.2001	L.B.A.	JUNTAR FICHAS FINANCEIRAS E CONTRATOS TEMPORÁRIOS DO AUTOR E INFORMAÇÕES SOBRE A CAUSA DA EXTINÇÃO DE SEU CONTRATO DE TRABALHO	06/05
0006090-56.2014.8.15.2001	M.S.S.A.	SENTENÇA - APELAÇÃO	10/05
0840884-60.2020.8.15.2001	M.R.A.	CONTESTAÇÃO	12/05
0833468-41.2020.8.15.2001	D.M.G.F.	APELAÇÃO	12/05
0822651-78.2021.8.15.2001	E.O.R.J.	CONTESTAÇÃO	12/05
0831084-71.2021.8.15.2001	M.L.M.L.	PROCEDENTE PARA LEVANTAR VALORES EM FAVOR DA HERDEIRA	12/05
0031745-79.2004.8.15.2001	L.E.C. E OUTROS	EXPEÇAM-SE PRECATÓRIOS E RPV	12/05
0813879-92.2022.8.15.2001	M.S.V.L.S.	CONTESTAÇÃO	17/05
0877653-04.2019.8.15.2001	M.N.C.S.	CONTRARRAZÃO AOS EMBARGOS	19/05
0013439-13.2014.8.15.2001	M.S.S.	PROVAS	19/05
0842475-23.2021.8.15.2001	D.N.C.	DEPENDENTES E VALORES	20/05
0840651-68.2017.8.15.2001	C.A.D.S.	REQUISITA AO IPM, OU QUEM SUAS VEZES FIZER, O PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 802,09 (OITOCENTOS E DOIS REAIS E NOVE CENTAVOS), REFERENTE AOS HONORÁRIOS	20/05
0813567-58.2018.8.15.2001	C.A.T.O.	PROVAS	23/05

0827443-75.2021.8.15.2001	J.A.B.	NOMEADO PERITO - PROPOSTA DE HONORARIOS	23/05
0841745-80.2019.8.15.2001	P.A.C. E OUTROS	COMPROVAR O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER SOB PENA DE MULTA	23/05
0835915-65.2021.8.15.2001	T.M.A.A. P.	DESPACHO - PROVAS	23/05
0813381-35.2018.8.15.2001	M.A.L.	DESPACHO - ENCAMINHAR CÓPIAS DAS FICHAS FINANCEIRAS DA PARTE AUTORA NO PERÍODO DE 5 (CINCO) ANOS	23/05
0812985-19.2022.8.15.2001	R.M.Q.	CONTESTAÇÃO	23/05
0831239-11.2020.8.15.2001	M.M.F.V. E OUTROS	SENTENÇA - IMPROCEDENTE	24/05
0863621-91.2019.8.15.2001	W.L.G.R.	PROVAS	25/05
0801737-27.2020.8.15.2001	G.C.L.S.	APELAÇÃO	30/05
0833016-31.2020.8.15.2001	G.L.A.G.	IMPROCEDENTE	30/05
0843356-97.2021.8.15.2001	M.G.V.M.	MANIFESTAÇÃO TUTELA - 72H	30/05
0841816-82.2019.8.15.2001	J. A. F. G.	MANIFESTAR SOBRE DOCUMENTOS	30/05
0806361-90.2018.8.15.2001	C.M.S.N.	SENTENÇA	30/05
0029235-78.2013.8.15.2001	Z.R.O.	PARA OBTENÇÃO DO ENDEREÇO DO ATUÁRIO, PARA QUE O MESMO SEJA OUVIDO QUANTO A ASSUMIR O ENCARGO DE PERITO, NESTES AUTOS	30/05
0812269-94.2019.8.15.2001	M.L.R.O.	SENTENÇA - EXTINTO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR	30/05
0857780-86.2017.8.15.2001	D.A.C.M.	SENTENÇA PROCEDENTE PARA CANCELAR PENSÃO DA CONCUBINA	31/05
0005321-48.2014.8.15.2001	A.K.N. A.E. E OUTROS	<u>AUDIÊNCIA DIA 31/05/2022, ÀS 10:30</u>	31/05
0858363-66.2020.8.15.2001	E.G.C.	<u>AUDIÊNCIA DIA 31/05/2022, ÀS 08:30 HORAS</u>	31/05
0864082-97.2018.8.15.2001	H.P.A.	CONTESTAÇÃO	31/05

JUNHO/2022

PROCESSO Nº	AUTOR	PROVIDÊNCIA	PRAZO
0864825-73.2019.8.15.2001	R.M.C.	SENTENÇA - JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO	02/06
0828561-86.2021.8.15.2001	R.C.F.	CONTESTAÇÃO	06/06
0821899-72.2022.8.15.2001	M.C.C.T. A.	INFORMAR DEPENDENTES E VALORES	06/06
0038518-28.2013.8.15.2001	J.A.B. E OUTROS	IMPUGNAÇÃO	06/06
0040665-42.2004.8.15.2001	F.P.N.	MANIFESTAR ACERCA DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO DO MENOR N.P.N.M.	13/06
0824759-22.2017.8.15.2001	S.C.S.	CONTRARRAZÃO AOS EMBARGOS	13/06
0878728-78.2019.8.15.2001	H.J.M.S.	INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA ESCLARECIMENTOS OU AJUSTES	13/06
0843359-86.2020.8.15.2001	M.G.G.A.	SENTENÇA	16/06
0831239-11.2020.8.15.2001	M.M.F.V. E OUTROS	CONTRARRAZÃO APELAÇÃO	17/06
0800234-62.2020.8.15.2003	A.V.S.	INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL	SEM PRAZO
0815927-63.2018.8.15.2001	M.L.F.M.	HOMOLOGO CÁLCULOS - EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO	17/06
0806338-42.2021.8.15.2001	M.P.D.C.	SENTENÇA	20/06
0810128-68.2020.8.15.2001	A.M.M.S.	CONTESTAÇÃO	20/06
0827460-14.2021.8.15.2001	F.C.S.	INDEFERIDA A TUTELA - CONTESTAÇÃO	20/06
0081261-05.2003.8.15.2001	M.S.S.	SUCESSÃO DEFERIDA- PARA SE MANIFESTAR SOBRE O DEMONSTRATIVO ATUALIZADO DO PRECATÓRIO	20/06
0812459-62.2016.8.15.2001	M.F.B.	PROVAS	20/06
0826996-87.2021.8.15.2001	O.B.S.	PROVAS	20/06
0843358-67.2021.8.15.2001	M.J.S.P.C.	PROVAS	30/06
0806338-42.2021.8.15.2001	M.P.D.C.	CONTRARRAZÃO	30/06
0877653-04.2019.8.15.2001	M.N.C.S.	CONTRARRAZÃO EMBARGOS	30/06
0843356-97.2021.8.15.2001	M.G.V.M.	INTIME-SE A DEMANDADA PARA TRAZER DOCUMENTO DE ID 59071417, NO PRAZO DE 72 HORAS	30/06

7 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dentre as ações realizadas pela área de Tecnologia da Informação no primeiro semestre de 2022, destacam-se:

- **Implementação do Sistema de Comunicação, Atendimento e Gestão Documental (1DOC):** Sistema de gestão online de processos e documentos, implementado no município de João Pessoa, tendo impactos na forma de requerimento e consulta online do site do instituto e no arquivamento de processos após finalização.
- **Treinamento interno de toda equipe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados:** Treinamento para os servidores do Instituto com conhecimento sobre a lei, sua importância, abrangência, impactos e responsáveis.
- **Treinamento interno sobre a Política de Segurança da Informação, Documentação e Proteção de Dados Pessoais do instituto:** Treinamento para conscientização sobre a Política interna de segurança da informação sua abrangência, importância e assinatura do termo de ciência e responsabilidade.
- **Auxílio no cumprimento dos eventos previstos no calendário de implantação do e-Social:** Andamento da qualificação cadastral e atualização de dados conforme receita federal.
- **Integração com DATAPREV para consulta de óbitos:** Integração com a API da DATAPREV para consulta de óbitos na base do instituto.
- **DRIF2022 e disponibilização de comprovante de rendimentos:** Disponibilização do arquivo para receita federal e geração dos comprovantes de rendimentos aos beneficiários de forma online.
- **Integração com a nova base de dados da SEAD:** Integração com banco e tabela disponibilizada visando manter a disponibilidade na geração de relatórios atuariais.

- **Substituição de computadores:** O Instituto recebeu novos computadores da SEAD e efetuou a configuração e substituição de grande parte destas máquinas, renovando assim todo o maquinário que estava obsoleto.
- **Atualização de conteúdo do website:** Semanalmente foram feitas atualizações como notícias e prestação de conta das ações do Comitê de Investimentos.
- **Calculadora Previdenciária:** Conclusão da primeira fase da ferramenta de calculadora previdenciária.
- **Aplicativo do IPM para Android:** Conclusão da versão para Android do aplicativo do Instituto de Previdência.
- **Ajuste Magistérios:** Conforme MP 20/2022 - Art. 2º c/c art. 6º o magistério deve ter reajuste mensal até setembro de 2022.
- **Ajuste em rotinas de cálculos de eventos:** Vários memorandos internos e protocolos externos foram executados para atender demandas judiciais, legais ou de revisões aprovadas.
- **Execução e Conferência de Rotinas referentes a Política de Segurança da informação:** Execução de rotinas padrões da Política de Segurança da Informação como as de inativação de acesso de servidores desligados, geração e conferência de backups.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria se constitui como um instrumento a serviço da democracia, pois só nos países democráticos é que o cidadão pode se manifestar das mais variadas formas, seja elogiando, criticando ou sugerindo medidas que venham ao encontro dos interesses coletivos.

Sendo assim, a Ouvidoria se concretiza como um importante canal de comunicação entre o público interessado e o IPMJP, cumprindo assim o seu compromisso de facilitador das melhores práticas subjacentes aos serviços prestados por este instituto.

Ao total, foram recebidas 18 demandas de janeiro a junho de 2022, que foram encaminhadas aos respectivos setores pertencentes ao Instituto, sendo discutidas, esclarecidas com seus coordenadores e retornadas aos demandantes.

Os atendimentos se deram por meio dos canais que a Ouvidoria dispõe, a saber:

- E-mail da Ouvidoria;
- Sistema 1DOC.

Considerando o tempo médio de atendimento, a maioria das demandas foram resolvidas em até 24h, conferindo assim, celeridade na transmissão da informação ao público demandante e respeito ao prazo legal previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI).